

to claro do financiamento público, da instituição pública e se uma das justificativas que levaram aqueles que defendem o projeto de concessão de parte do patrimônio da UFRJ, para a iniciativa privada, seria conseguir financiar a reconstrução do espaço cultural, que, aliás, é fruto também da decisão judicial que devolveu à UFRJ a posse sobre aquele imóvel.

Então, parte da justificativa se assentava nisso e se assenta também na necessidade de assistência estudantil. Entendo que, inclusive, que a doação do Alerj passa a esvaziar esse argumento de que, para a reconstrução daquele espaço, outrora conhecido como Caneção, é preciso a concessão para setores privados. Mas, se não conseguirmos chegar a um entendimento, se os atores da comunidade universitária, da região, do bairro, etc., acharem que uma doação de recursos públicos para a reconstrução de um espaço público, de arte e cultura pode acabar não alcançando esse objetivo, não tem problema nenhum. Podemos rever, inclusive, esse gesto e a Alerj não fazer essa iniciativa, o que seria lamentável, porque é importante para os estudantes da UFRJ terem um espaço de arte e cultura que seja parte do itinerário de seu processo formativo. É importante para o Estado do Rio de Janeiro, que aquele local, que em algum momento da História, consagrou um espaço fundamental da música popular brasileira, volte a existir em marcos mais democráticos, mais abertos à sociedade com uma função social ainda mais bem estabelecida e delimitada. Mas o equilíbrio que podemos fazer fica dentro desses dois pontos: trabalharmos para trazer para esse gesto todas as preocupações, que a comunidade universitária e que os atores da região nos trazem e a impossibilidade de fazermos qualquer gesto que possa ferir a autonomia universitária. Nesse sentido, é importante que esse diálogo transcorra dentro da UFRJ, que haja uma visão comum, entre a Reitoria, e todos os atores representados, para que possamos caminhar com uma proposta de consenso.

Concluo falando isso. Queremos continuar, queremos avançar, mas, para isso, é importante que haja entendimento para que consigamos fortalecer um espaço público de arte e cultura da UFRJ.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Flávio Serafini.

O Deputado Eliomar Coelho vai fazer o encerramento da audiência?

Eu só queria dizer que temos alguns princípios dos quais não nos afastaremos, inclusive, nos debates sobre esse projeto e o primeiro deles é, sem dúvida alguma, garantir que, eventualmente, os recursos transferidos da Alerj para a UFRJ, contribuam para um projeto público, de socialização e democratização da arte e da cultura, e da música em particular.

Não nos afastaremos desse princípio. Temos compromisso, é claro, somos da Universidade, eu e Flávio somos Professores, então, compromisso com o dispositivo constitucional da autonomia universitária. Temos que nos relacionar com esse preceito constitucional. Agora, em hipótese alguma, vamos endossar qualquer destinação de recurso público para a privatização de equipamentos culturais, ou de outra natureza, no âmbito da UFRJ, e também, com toda a preocupação com a parametrização urbana e ambiental daquela área, onde se situa o campus da Praia Vermelha e, também, a preocupação com os marcos históricos e de memória, representados por vários órgãos, várias instituições ali presentes. Inclusive, vamos trabalhar vários fins de semana no Substituídos, eu, Flávio e Eliomar. Vamos conversar com o André. Se percebermos que produz consenso e podemos levar a voto, ou se temos a maioria folgada para votar, votaremos. Se percebermos que esses princípios estão sob risco, isso não é uma sangria desatada. Conversaremos com o André, não colocaremos o projeto na pauta, porque não queremos correr nenhum risco nesse sentido. Para que fique muito claro, vamos trabalhar no Substituído nesse fim de semana, tentando garantir essas nossas preocupações, conversar com o André, que tem a vantagem, nesse caso, de ser o autor e presidente da Casa. Se sentirmos o termômetro de que o projeto pode passar com essas preocupações, avançaremos. Se acharmos que não será possível, recuaremos para ver outra forma de fazer avançar essa ideia.

Quero agradecer a todos aqui, são contribuições muito importante. Quem dera que todo o Projeto de Lei a ser votado na Alerj pudesse ser escrutinado, por meio de uma Audiência Pública, antes de levado a voto no Plenário, felizmente, temos essa possibilidade.

Agradeço muito a todos os que estão aqui, entidades, instituições, profissionais, ao DCE, a representação estudantil.

Passo a palavra ao Deputado Eliomar Coelho, para que faça suas observações finais e o encerramento desta Audiência Pública.

O SR. ELIOMAR COELHO - Quero dizer que sou morador de Botafogo, moro na Rua Álvaro Ramos, que a pé, vai direto ao antigo Caneção. Fui Vereador no Rio de Janeiro durante muitos anos, vinte e tantos anos. O carro chefe do mandato exercido por mim, sempre foi política urbana. Trabalhei a política urbana o tempo todo. O parecer que foi dado ao Plano Diretor Decenal 1992 é de autoria do nosso mandato. Recentemente, ouvi depoimento de ex-prefeito, falando o quanto eu tinha sido duro na oposição de seus Governos, mas que eles até reconheceram, depois, que eu tinha razão. Agora, o que quero dizer, e deixar muito claro, por exemplo, é a luta que tivemos em relação à Escola de Marketing, lá na Urca. Mobilizando todos os moradores. Perdemos a luta. Eu plagiaría o mito do Darcy Ribeiro, que lutou por isso e por isso e perdeu todas. Eu também perdi todas. Estou falando isso, mas não é para se desanimar, pelo contrário, é para entender a seriedade do que está sendo proposto, não por nós, mas no caso da UFRJ Viva e os interesses que estão por detrás disso, que são poderosíssimos. Começa com a modelagem feita pelo BNDES. (Não compreendido) recentemente. Temos aí o exemplo da modelagem feita para a Ceda. Dançou, dançou a população do Estado do Rio de Janeiro. O BNDES faz modelagem voltada para o mercado, para atender as necessidades do mercado. Não quero ser o profeta da desesperança, mas o jogo é pesado. Nesse jogo pesado, praticamente, tem que existir três frentes muito bem mobilizadas. Uma no âmbito da UFRJ tem que existir, outra é essa que vocês estão construindo conosco no Legislativo Estadual, que tem suas limitações, inclusive na elaboração legislativa daquilo que está sendo proposto. É bom que isso seja dito.

Por último, o que vem pela frente, onde vejo o risco maior: o Executivo Municipal, porque é da competência dele, exatamente, trabalhar a Legislação Urbanista para a cidade. O Executivo Municipal, com o Legislativo Municipal, pode perfeitamente elaborar uma legislação que altere parâmetros urbanísticos, exatamente, para favorecer uma futura negociação com o capital financeiro imobiliário. Temos que deixar isso claro, senão, o Estado do Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, não vai poder intervir naquilo que, pela Constituição, é garantida, a intervenção por parte do Executivo, neste caso.

Deve-se ter uma preocupação voltada para Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a sociedade, de forma mobilizada, visitando Vereadores para, no caso de o Executivo Municipal elaborar mudanças nos parâmetros urbanísticos, isso não acontecer. Também, é a UFRJ ter o consenso construído naquilo que ela quer, que ela deseja e nós, no Legislativo Estadual, temos como função trabalhar no sentido de que haja, realmente, reabilitação daquele espaço como Centro de Arte Cultura e Música, público, com acesso para todos. Espaço democrático, para não ouvirmos, o que foi colocado pelo companheiro, que disse que morava lá e não tinha dinheiro para pagar a entrada e assistir os shows, que eram memoráveis. Lembro-me perfeitamente que, no início do processo de redemocratização, de um show com Mercedes Sousa. Vocês não sabem que maravilha, para quem teve a oportunidade de assistir.

Quem teve a oportunidade de assistir, por exemplo, Paulo Gracindo e Clara Nunes, em Brasileiro, Profissão Esperança. Era uma casa de espetáculo que não só fornecia novos talentos, para a música popular brasileira, mas para a cultura, de modo geral e o que se está querendo, com essa proposta é, nada mais, nada menos, ampliar exatamente as funções do espaço cultural. Ali serem realizadas exposições, convenções, seminários, cursos de formação, ou seja, tudo o que diga respeito à cultura para o nosso Estado do Rio de Janeiro, que está muito carente.

O nosso compromisso é esse, mas tenho que fazer, pelo menos, por conta de experiência legislativa, exatamente, essas observa-

ções, porque a nossa parte será realizada. Como já foi afirmado, tanto pelo Deputado Waldeck Carneiro, quanto pelo Deputado Flávio Serafini, se entendemos que vamos perder, vamos fazer tudo para isso não acontecer. É o que podemos fazer, são as nossas limitações. É uma conversa com o Presidente da Casa e alertar, mas outras mobilizações deverão continuar. Eu acho que a Audiência Pública foi muito boa. Nós, por exemplo, estamos cientes e conscientes do teor e do que significa isso daí. Eu, pelo menos, pela experiência minha, sei, também, o risco que a gente corre por conta de quem está por detrás disto daí. E, claro, eu me lembro da intervenção da Regina Chiradia dizendo na reunião da cereja do bolo. Então, a gente tem que ter esse cuidado. E depois? O que vem? vamos aprovar.

Então, é isso daí, companheiros, eu queria realmente fechar agradecendo a participação de todos e de todas, preocupações nossas, mas que essas nossas preocupações devam ser ampliadas, amplificadas, alargadas, para que a sociedade do Rio de Janeiro fique do nosso lado caso realmente eles queiram partir para a destruição daquilo que é tão grato a gente viver e conviver com aqueles espaços garantidos.

Eram essas as minhas considerações. Um abraço para todas e para todos. Meu carinho fraterno.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito obrigado, então, a todos e todas. Com essa intervenção do Deputado Eliomar Coelho nós encerramos esta Audiência Pública, muito agradecidos pelas contribuições que vão, certamente, nos ajudar a aprovar o texto final em sintonia com essas preocupações.

Muito obrigado. Está encerrada a audiência.

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às doze horas, de forma remota, em conformidade com o Artigo 6º do Ato N/MD/Nº 651/2020 da Mesa Diretora, por meio do aplicativo digital Whatsapp, em grupo criado para esse fim, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, constituída através do Ato E/GP/N 30/2021, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, e com a presença dos Senhores Deputados André Corrêa, Vice-presidente, Carlos Minc, Flávio Serafini e Sérgio Fernandes, membros efetivos, e Eurico Júnior e Chico Machado, membros suplentes deste órgão técnico, para a 48 Reunião Extraordinária da Comissão, nos termos do Edital publicado em oito de outubro de dois mil e vinte e um. Havendo número regimental, Sua Excelência declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e anunciou a pauta, apresentando os itens constantes da Ordem do Dia, Pareceres e Propostas de Audiências Públicas. Antes de iniciar o processo de votação, comunicou o Senhor Presidente a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 11-A/2015, para melhor análise das emendas de plenário a ele apostas, e a inclusão, para deliberação, da proposta de vistoria à Estação de Tratamento de Esgoto, Subsistema Centro, na Linha Verde, em Macaé. Em seguida, solicitou aos Senhores Deputados que se manifestassem e registrassem os seus votos sobre os itens da pauta. Concluída a votação e feita a contagem dos votos, o Senhor Presidente declarou que foram aprovados, pela unanimidade dos presentes, os pareceres a seguir elencados: da Relatoria do Deputado André Corrêa, 1. Favorável às Emendas de Plenário ao Projeto de lei nº 2541/2013, de autoria dos Deputados Luiz Paulo, Robson Leite, Clarissa Garotinho, que "Estabelece Diretrizes para o Emprego Intensivo da Tecnologia da Informação - TI às Políticas Relativas à Mobilidade Urbana"; 2. Favorável ao Projeto de lei nº 2899/2014, de autoria dos Deputado Paulo Ramos, que "Institui a Comissão Interinstitucional para Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro e Definir Critérios para a Demarcação e Implantação Prioritária do Zoneamento Costeiro e dos Territórios Tradicionais, Pesqueiros, Agrícolas e Agroecológicos no âmbito do Território Fluminense conforme a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que Estabelece Critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE) e a Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que Instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro"; 3. Favorável ao Projeto de lei nº 3185/2017, de autoria da Deputada Marcia Jeovani, que "Dispõe sobre a Adoção de Medidas que Assegurem a Circulação Segura de Animais Silvestres nas Estradas, Rodovias e Ferrovias do Estado do Rio de Janeiro"; da Relatoria do Deputado Flávio Serafini, 4. Favorável com Emendas, concluindo por Substitutivo, ao Projeto de lei nº 2455/2020, de autoria do Deputado Carlos Mine, que "Institui, no âmbito da Política Estadual de Meio Ambiente, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), Regulamentando o Inciso 111 do Artigo 261 da Constituição do Estado, que Determina ao Poder Público Estadual "Implantar Sistema de Unidades de Conservação Representativo dos Ecossistemas Originais do Espaço Territorial do Estado" e dá Outras Providências"; da Relatoria do Deputado Sérgio Fernandes, 5. Favorável às Emendas de Plenário ao Projeto de lei nº 1617/2016, de autoria do Deputado Tiago Mohamed, que "Altera A Lei Nº 6657 de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre a Uniformização do Procedimento para a Realização de Leilões de Veículos que Encontrem em Depósitos de Responsabilidade Direta ou Indireta do Poder Público no Território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências"; 6. Favorável ao Projeto de lei nº 1858/2016, de autoria do Deputado Carlos Mine, que "Altera a Lei 7105 de 16 de novembro de 2015, "Fica Criado o Sistema Cicloviário no Estado do Rio de Janeiro, como Incentivo ao Uso de Bicicleta para o Transporte, contribuindo para o Desenvolvimento da Mobilidade Sustentável"; 7. Favorável ao Projeto de lei nº 2739/2017, de autoria do Deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei Nº 5.065, de 05 de julho de 2007, para Instituir Incentivo à Reciclagem do Óleo de Cozinha para a Produção de Biodiesel, na forma que menciona"; 8. Favorável, com a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de lei nº 0629/2019, de autoria do Deputado Dionísio Lins, que "Dispõe no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro sobre os Certamos Licitatórios para Aquisição de Produtos para Limpeza e Lavagem de Veículos de Transportes Públicos e dá outras providências". Em seguida, o Senhor Presidente anunciou que restaram deliberadas, ainda, a proposta de Vistoria à Estação de Tratamento de Esgoto, Subsistema Centro, na Linha Verde, em Macaé; e as propostas de realização de Audiências Públicas com os seguintes temas: 1. SELCA - novo Sistema de Licenciamento Ambiental no RJ; 2. PROSEG - Programa de Segurança Hídrica no RJ; 3. Reflorestamento - utilizando recursos do Fundo da Mata Atlântica; 4. Canal de Itaipuru - Manejo e conservação; 5. Espécies ameaçadas de extinção no RJ - relação das espécies; medidas protetivas; metas; 6. Ordenamento Costeiro; 7. Aumento de unidades de CET AS e CRAS no RJ - consórcio intermunicipal; 8. Sistema Lagunar de Itaipu- Piratininga - situação e recuperação efetiva; 9. Hospitais veterinários públicos e medidas protetivas para animais em estado de abandono; 10. Mitigação e adaptação às Mudanças Climáticas no RJ; 11. Matriz Energética do RJ - possibilidade de descarbonificação; mitigação dos impactos atuais; potência produzida em território fluminense X consumo, e 12. Sistema Lagunar de Saquarema - Desassoreamento e revitalização. Concluída a pauta, não havendo mais quem fizesse uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez a participação de todos e deu por encerrada a presente reunião extraordinária, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, catorze de outubro de dois mil e vinte e um. (a) Deputado Gustavo Schmidt, Presidente; (a) Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

COMISSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, realizou-se remotamente a segunda audiência pública da Comissão da Pessoa com Deficiência, conforme edital publicado na data de 22.09 último, e de acordo com o Art. 6º do Ato da Mesa Diretora "N/MD/Nº 651/2020, com a presença dos Senhores Deputados Marcelo Cabeleireiro - Presidente, e Rosane Felix, membros efetivos deste órgão técnico. Abriendo os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e informou que o tema em pauta se-

ria o 'Setembro Azul - Garantia de Acessibilidade para a Comunidade Surda, no Estado do Rio de Janeiro, nos Três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário'. Foi anunciada a presença dos seguintes participantes: Jaqueline Felix, tradutora de libras e uma das organizadoras do Setembro Azul; Marceley Felix, judoca surdolímpica; Dr. Pedro González, defensor público; Drª Renata Scharfstein, promotora pública; Lenildo Souza, da Agite RJ; Vanessa Neves, da Central de libras; Leandro Azevedo, professor e ex vereador, Diana Koysen, Bruno Baptista, Rafaela Baptista, Patricia Rezende, Xandra Paiva, entre outras presenças. Em seguida, assumiu a Presidência a Deputada Rosane Felix, que discorreu sobre a importância do Setembro Azul, que visa levar as comunidades surdas às casas legislativas em prol de mais acessibilidade. Para falar sobre o tema, fizeram uso da palavra, respectivamente, a judoca Marceley Felix, o professor Leandro Azevedo e a intérprete de libras Jaqueline Felix, que desenvolveram de forma detalhada sobre os blocos que compõem o Setembro Azul, entre eles as propostas de legislação, a questão da acessibilidade nas casas legislativas, o tópico da Central de Libras do Estado, a inserção da Libras como componente curricular do ensino, o programa de bilinguismo na Secretaria de Educação, a acessibilidade dos surdos na Segurança Pública e nos serviços emergenciais de atendimento, o Programa Cidadania Sobre as Rodas, e os incentivos na arte e na cultura surda. Em continuação, foi exibido um vídeo com a fala de Bruno Baptista, educador surdo do Museu do Amanhã. A seguir, fizeram uso da palavra também o Defensor Público Pedro González, a Promotora Pública Renata Scharfstein, o Senhor Lenildo Souza do Agite- RJ, e a Senhora Diana Koysen da CBDS (Confederação Brasileira Desportiva de Surdos). Em continuação, e reassumindo a Presidência, o Senhor Deputado Marcelo Cabeleireiro abriu a palavra para que todos pudessem fazer questionamentos e tirar dúvidas sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente novamente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Carlos Chagas Diniz, Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, encerrando-se a reunião às doze horas. Sala das Comissões, em vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e um. (a) Carlos Chagas Diniz - Secretário; Deputado Marcelo Cabeleireiro - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 10ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "N/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 junho de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com as presenças dos Senhores Deputados, Átila Nunes - Relator e Mônica Francisco, membros efetivos e da Senhora Deputada Renata Souza, membro suplente da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era ouvir o Dr. MATHEUS QUINTAL, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Dr. ILAN PRESSER, Juiz Federal, Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região; Pastor KLEBER LUCAS, Pastor Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Srª LUZIA LACERDA, Jornalista e Diretora responsável do Instituto Expo Religião. Em seguida, a Senhora Presidente registrou as presenças da DRª LUCIANA CALAÇA, Subsecretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Professoras Lana Lage e Ana Paula Mendes de Miranda, Pesquisadoras do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF, Drª Diane Kuperman, membro da Associação Religiosa Israelita, Senhora Dolores Lima, membro do Fórum Estadual de Mulheres Negras, Sr. Marcelo Monteiro, Coordenador da Coordenadoria de Promoção da Liberdade Religiosa e Isaac Porto, do Instituto Raça e Igualdade. A seguir, a Senhora Presidente justificou as ausências dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro, Noel de Carvalho e Zeidan, e informou que disponibilizaria o tempo de vinte minutos para que cada convidado fizesse suas considerações acerca do tema da CPI, passando a palavra, inicialmente, à Jornalista Luzia Lacerda, ao Dr. Ilan Presser, ao Pastor Kleber Lucas, ao Dr. Matheus Quintal e a Drª Luciana Calaça. Durante as exposições dos convidados, a Senhora Presidente fez algumas ponderações e indagações acerca dos depoimentos prestados que foram prontamente respondidas. Continuando os trabalhos, foi passada a palavra para os demais Deputados para que fizessem suas considerações. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata, cujas notas taquigráficas, em separado, a integram, esta esta que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), em trinta e um de agosto de 2021. (a) Orlando de S. S. Junior - Secretário "ad hoc"; (a) Deputada MARTHA ROCHA - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Bom dia a todas e todos. Às 10h35min do dia 31 de agosto de 2021, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e consequências dos casos de Intolerância Religiosa no Estado do Rio de Janeiro, e contando com a presença dos Senhores Deputados Átila Nunes e Deputada Mônica Francisco, dou por abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária, com a seguinte pauta: oitivas do Dr. Matheus Quintal, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; do Dr. Ilan Presser, Juiz Federal e Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região; Pastor Kleber Lucas, Pastor Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Dra. Luzia Lacerda, Jornalista e Diretora responsável pelo Instituto Expo Religião. Quero justificar a ausência do Deputado Waldeck Carneiro, que se encontra presente na Comissão de Educação. Estão também conosco as assessorias dos Deputados Waldeck Carneiro, Noel de Carvalho e Zeidan.

Para iniciar as nossas oitivas, passo a palavra à Dra. Luzia Lacerda, Jornalista e Diretora responsável pelo Instituto Expo Religião. A senhora tem quinze minutos para a sua exposição. Muito obrigada.

A SRA. LUZIA LACERDA - Obrigada vocês. Bom dia a todos. Agradeço o convite por estar aqui. Acho importantíssima a criação dessa CPI, assim como foi importante a criação da Decradi, e assim como é importante que venham outras soluções. Passamos por um momento difícil, bastante difícil. Durante muito tempo nós brigamos, nós discutimos sobre a intolerância nas casas de matrizes africanas e de umbanda, quando isso também se conflitava não só com a religião, mas com a raça também, devido ao fato de ser ligado aos negros. Só que hoje nós temos aí os judeus sendo atacados fortemente e os muçulmanos sendo atacados fortemente também pelo que está acontecendo. Então, eu costumo dizer, primeiro que eu não luto da palavra "intolerância". Eu digo sempre, porque, quando você luta com uma intolerância, você busca ser tolerado. Não é o caso da religião. A religião foi feita para ser respeitada. Quando você nasce, você recebe a vida. São dois presentes que você tem: a vida e o livre-arbítrio. Então, ninguém tem o direito a tirar esse livre-arbítrio de ninguém. Você não tem o direito de ajudar a escolha de ninguém. Você tem que respeitar que todo ser humano tem direito a uma escolha, seja ela qual for. E não cabe a nenhum de nós julgar essa escolha. O indivíduo é responsável por suas escolhas e suas consequências. E assim ele deve viver.

Assim deveria ser uma sociedade que conseguisse viver em paz, mas infelizmente existem aqueles chamados intolerantes. Só que